

# MARX E A PROCRIAÇÃO:

## Por um Materialismo Não Economicista

*Mauro Castelo Branco de Moura*  
Prof. do Deptº. de Filosofia da UFBA

O legado teórico de Marx é usualmente descrito, tanto por apologistas, quanto por detratores, como um procedimento, cujo principal suporte heurístico repousaria no, assim denominado, “fator econômico”. O cerne da argumentação, com uma infinidade de variantes, funda-se, sobretudo, na premissa de que não poderia existir vida humana, e muito menos sociedade humana, sem que se garantisse o provimento daqueles elementos indispensáveis à continuidade da mesma. A vida social dependeria, portanto, em última instância, do alimento, do vestuário, da moradia, etc., e, inclusive, da satisfação de outras necessidades menos prosaicas. No fundo, um tal método estaria em busca, se o traduzíssemos em terminologia kantiana, das condições de possibilidade de existência da vida social, ou seja, perguntaria pelas **formas puras da socialidade**.

Sem dúvida alguma, os meios de vida [*Lebensmittel*] são imprescindíveis, não se pode, naturalmente, viver sem eles... porém, Marx, com seu consabido rigor teórico e sua irônica e refinada erudição, não reduziria o amplo espectro das necessidades humanas apenas àquelas obviamente patentes, amesquinhando-as em suas expressões mais toscas, não importando a premência que as originasse. Ao examinar, logo no início d'**O Capital**, os atributos da forma mercadoria, Marx afirma, sem rodeios, que, antes de tudo, ela deve satisfazer a alguma necessidade humana, quer seja “do estômago ou da fantasia” [*dem Magen oder den Phantasie*]<sup>1</sup> resulta irrelevante. Com efeito, sua conspícua análise acerca do valor de uso [*Gebrauchswert*] não o restringe apenas à satisfação das necessidades mais prosaicas, porque mesmo os bens suntuários satisfariam a necessidades humanas, “reais” ou (porque não?) “imaginárias”. O termo **fantasia** parece indicar o caráter aberto, indeterminado, vale dizer, histórico e cultural, destas apetências. Tal apreciação fica inteiramente corroborada pelo exame do cálculo do valor da força de trabalho, onde “um

---

<sup>1</sup> Marx, **Das Kapital**, I, MEW, Tomo 23, Berlim, Dietz, 1972, p.49.

elemento histórico e moral” [*ein historisches und moralisches Element*] relativiza a determinação daqueles bens e serviços, cujo consumo seria imprescindível à manutenção do trabalhador em condições normais, em uma sociedade dada<sup>2</sup>.

Ademais destas características, em geral negligenciadas por epígonos e detratores reducionistas, ao “fator econômico” caberia compartilhar com a **procriação** a preeminência do processo de **reprodução** social<sup>3</sup>. Ambos, “fator econômico” e procriação, envolvem uma simbiose entre determinações biológicas e sociais. Não obstante, passa, em geral, inadvertido, para a imensa maioria dos comentaristas, o fato, absolutamente cristalino, de que nenhuma forma da socialidade humana jamais pôde, ou poderá, subsistir, sem a garantia de um provimento regular de indivíduos humanos. Para que os *Lebensmittel* possam mantê-los desponta imprescindível que os indivíduos humanos tenham sido, previamente, “produzidos”. Daí que Marx e Engels afirmassem, em **Die deutsche Ideologie**, que “A produção da vida, tanto da própria no trabalho, como da alheia na procriação [Zeugung], manifesta-se imediatamente como uma dupla relação – de uma parte, como uma relação natural, e de outra como uma relação social [...]”<sup>4</sup>.

Em **O Capital**, portanto mais de vinte anos depois, Marx, à esteira de William Petty, corrobora a assertiva anterior com a seguinte afirmação: “O proprietário da força de

---

<sup>2</sup> “A soma dos meios de subsistência deve [...] ser suficiente para manter o indivíduo trabalhador como indivíduo trabalhador em seu estado de vida normal. As próprias necessidades naturais, como alimentação, roupa, aquecimento, moradia, etc., são diferentes de acordo com o clima e outras peculiaridades naturais de um país. Por outro lado, o âmbito das assim chamadas necessidades básicas, assim como o modo de sua satisfação, é ele mesmo um produto histórico e depende, por isso, grandemente do nível cultural de cada país, entre outras coisas também essencialmente sob que condições, e, portanto, com que hábitos e aspirações de vida, se constitui a classe dos trabalhadores livres. Em antítese [Gegensatz] às outras mercadorias, a determinação do valor da força de trabalho contém, por conseguinte, um elemento histórico e moral” (Marx, **O Capital**, Tomo I, Vol. 2, São Paulo, Nova Cultural, 1985, p. 141 [Cf. **Das Kapital**, idem, p.185]). Caberia ressaltar que, na parte final desta passagem citada, Marx destaca a especificidade da força de trabalho em relação ao conjunto das demais mercadorias no que diz respeito a esta característica da determinação do seu valor, conforme será visto adiante.

<sup>3</sup> Conceber a **produção** isoladamente, fora do contexto do **processo de reprodução social**, contraria explicitamente as indicações metodológicas expostas por Marx em sua famosa **Introdução de 1857** [*Grundrisse*..], as quais, sem embargo, não permaneceram constringidas a trabalhos inéditos, como se pode apreciar na seguinte passagem d'**O Capital**: “Qualquer que seja a forma social do processo de produção, este tem de ser contínuo ou percorrer periodicamente, sempre de novo, as mesmas fases. Uma sociedade não pode parar de consumir, tampouco deixar de produzir. Considerado em sua permanente conexão e constante fluxo de sua renovação, todo processo social de produção é, portanto, ao mesmo tempo, processo de reprodução” (Marx, **O Capital**, Tomo I, Vol. 2, p. 153 [Ibid., p. 591]). Sobre esta temática vide meu artigo intitulado “Para uma Crítica da Cultura”, in **Novos Rumos n° 35**, São Paulo, Instituto Astrojildo Pereira/IPSO, 2001, pp. 35-46.

<sup>4</sup> Marx e Engels, **La Ideología Alemana**, México, Ed. de Cultura Popular, 1974, p. 30 [Cf. Marx, **Die Frühschriften**, Stuttgart, Alfred Kröner, 1959, p. 356].

*trabalho é mortal. Se, portanto, sua aparição no mercado é para ser contínua, como pressupõe a contínua transformação de dinheiro em capital, então o vendedor da força de trabalho precisa perpetuar-se 'como todo indivíduo se perpetua pela procriação [Fortpflanzung]'*<sup>5</sup>. Destarte, a despeito de que o exame da **procriação** não tenha cobrado tanto relevo, na obra de Marx, quanto o da “produção”, não se pode, no entanto, descartá-lo como se fora destinado à “crítica roedora dos ratos”<sup>6</sup>...

## Capitalismo e População

Cada figura social, para Marx, teria uma lei de população específica, que se sobreporia às determinações biológicas inerentes às da própria espécie humana<sup>7</sup>. O processo de reprodução social em seu conjunto, portanto, deveria assegurar a perpetuação do processo procriativo em determinado patamar. Vale dizer, à figura social caberia garantir a continuidade de todos os elementos que lhe fossem constitutivamente cruciais e as **formas puras da socialidade** (aquelas condições sem as quais a própria existência social seria impensável), obviamente, não podem ser descartadas. Parece que uma das particularidades distintivas do homem, enquanto **ser social**, é que nele acoplam-se características culturais, vale dizer, históricas, sobre suas determinações propriamente biológicas. Ademais, a peculiaridade destas características precipuamente sociais está em que, nem podem virar as costas inteiramente à biogenicidade que lhes é imanente, nem podem estar imunes às metamorfoses oriundas da historicidade que lhes é inerente.

---

<sup>5</sup> Marx, **O Capital**, idem, Vol. 1, pp. 141-142 [Cf. **Das Kapital**, idem, pp. 185-186]. A passagem de Petty é transcrita na versão em língua inglesa da seguinte maneira: ...“*in the way that every living individual perpetuates himself, by procreation*” (**Capital**, Nova York, The Modern Library, Random House, s./d., p. 190).

<sup>6</sup> No famoso prefácio da **Zur Kritik der politischen Ökonomie**, também conhecido como “Prefácio de 1859”, Marx, referindo-se à, então inédita, **Die deutsche Ideologie**, afirma, sarcasticamente, que ela teria sido abandonada “à crítica roedora dos ratos” (Cf. Marx, “Para a Crítica da Economia Política”, in **Marx** [compilação], Col “Os Economistas”, São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 26)

<sup>7</sup> “Com a acumulação do capital produzida por ela mesma, a população trabalhadora produz [...], em volume crescente, os meios de sua própria redundância relativa. Essa é uma lei populacional peculiar ao modo de produção capitalista, assim como, de fato, cada modo de produção histórico tem suas leis populacionais particulares, historicamente válidas. Um lei populacional abstrata só existe para planta e animal, à medida

Paradoxalmente, inclusive, a relativamente acentuada estabilidade biológica do *homo sapiens sapiens* (na pleonástica e presunçosa denominação dos naturalistas) advém, precisamente, da destacada plasticidade de suas formas sociais, capazes de adaptá-lo às circunstâncias mais díspares, em praticamente qualquer *habitat* terrestre do planeta<sup>8</sup>.

Marx reprova, incisivamente, em Malthus, entre outras coisas, sua pretensão de estabelecer leis abstratas, e, portanto, a-históricas, tanto para as populações humanas, quanto para os vegetais domesticados que configuram a agricultura<sup>9</sup>. A eventual superpopulação não pode ser caracterizada de forma absoluta, mas deve estar sempre referida a uma determinada figura da socialidade. A geração de uma população excedente ou superpopulação relativa parece inerente ao processo de reprodução social efetuado sob a égide do capital<sup>10</sup>. Este excedente populacional colabora, sob a forma de um “exército industrial de reserva”, para a submissão do proletariado ao capital, propiciando, ademais, pela concorrência, uma pressão pela diminuição do preço da força de trabalho. “A condenação de uma parcela da classe trabalhadora à ociosidade forçada em virtude do sobretabalho da outra parte e vice-versa torna-se um meio de enriquecimento do capitalista individual e acelera, simultaneamente, a produção do exército industrial de reserva numa escala adequada ao progresso da acumulação social”<sup>11</sup>. E, mais adiante, Marx acrescenta: “O exército industrial de reserva pressiona durante os períodos de estagnação e prosperidade média o exército ativo de trabalhadores e contém suas pretensões durante o período de superprodução e paroxismo. A superpopulação relativa é,

---

*que o ser humano não interfere historicamente*” (Marx, **O Capital**, Tomo I, Vol. 2, op. cit., p. 200 [Das Kapital, idem, p. 660]).

<sup>8</sup> Nas palavras de Leroi-Gourhan, “[...] toda a ascensão das civilizações se fez com o mesmo homem físico e intelectual que outrora espreitava o mamute, e que nossa cultura eletrônica, que ainda mal ultrapassou meio século de existência, tem como suporte um aparelho fisiológico que já data de há quarenta mil anos” (Leroi-Gourhan, André, **O Gesto e a Palavra**, Lisboa, Ed. 70, 1983, Vol. 2, pp. 220-221).

<sup>9</sup> Neste sentido, Marx afirma sobre Malthus o seguinte: “Sua concepção é absolutamente falsa e pueril porque **identifica a superpopulação** [tal e como se apresenta] em diferentes fases do desenvolvimento econômico; incapaz de compreender suas diferenças específicas, reduz estupidamente estas complicadíssimas e mutantes relações a uma só, [a] duas equações: de uma parte, a reprodução natural do homem, e de outra a reprodução dos vegetais (ou means of subsistence), como duas séries naturais, uma das quais se desenvolve em progressão geométrica e a outra em progressão aritmética” (Marx, **Grundrisse: Lineamentos Fundamentais para la Crítica de la Economía Política 1857-1858**, 2 Vol., México, Fondo de Cultura Económica, 1985, Vol. II, pp. 28-29).

<sup>10</sup> “Até mesmo Malthus reconhece na superpopulação – que ele em sua visão estreita interpreta como conseqüência do excessivo crescimento absoluto da população trabalhadora, e não de esta ter sido tornada redundante – uma necessidade do capital” (Marx, **O Capital**, op. cit., Tomo I, Vol. 2, p.202 [Das Kapital, op.cit., p. 663]).

<sup>11</sup> Marx, **O Capital**, idem, Vol. 2, p. 203 [Idem, pp. 665-666].

portanto, o pano de fundo sobre o qual a lei da oferta e procura de mão-de-obra se movimenta. Ela reduz o raio de ação desta lei a limites absolutamente condizentes com a avidez de explorar e a paixão por dominar do capital”<sup>12</sup>

## A Mercadoria Força de Trabalho<sup>13</sup>

No imenso universo das mercadorias existe uma que se destaca, por sua singularidade, dentre todas as demais: trata-se da **força de trabalho** [*Arbeitskraft*]. Sua peculiaridade é de tal ordem que Marx chega a afirmar que “A *totalidade das mercadorias pode dividir-se em dois grandes grupos: de uma parte, a força de trabalho; de outra parte, as demais mercadorias*”<sup>14</sup>. No entanto, o conceito de força de trabalho teve uma formulação relativamente tardia na obra de Marx, incorporando-se ao seu repertório conceitual apenas a partir da primeira metade da década de sessenta (do século XIX), ou seja, no momento imediatamente anterior ao da redação e publicação da primeira edição d’**O Capital**. Desdobramento do conceito de trabalho e sinônimo de capacidade de trabalho [*Arbeitsvermögen*], inicialmente mais empregado, Marx concebe a força de trabalho como a mercadoria de que dispõe o trabalhador para ir ao mercado<sup>15</sup>.

Como qualquer mercadoria, seu valor será determinado pelo *quantum* de trabalho socialmente necessário destinado a sua produção. Entretanto, o processo de produção de força de trabalho não é análogo ao das demais mercadorias. Até os dias de hoje, a despeito

---

<sup>12</sup> Ibid, p. 205 [p. 668].

<sup>13</sup> A argumentação a partir daqui desenvolvida reproduz, com pequenas diferenças, porém levando a conclusões diversas, aquela já antes publicada no meu trabalho intitulado “Materialismo e Família”, in Pires, Cecília (org.) *et alii*, **Vozes Silenciadas: Ensaio de Ética e Filosofia Política**, Ijuí, Unijuí, 2003, pp. 177-190.

<sup>14</sup> Marx, **Historia Crítica de la Teoría de la Plusvalía**, 2 Tomos, Rosario, Americaviva, s/d, Tomo I, p. 144

<sup>15</sup> “O que o operário vende não é diretamente o seu trabalho, mas sua **força de trabalho**, cedendo temporariamente ao capitalista o direito de dispor dela. Tanto é assim que, não sei se pelas leis inglesas, mas, desde logo, algumas leis continentais fixam o **máximo de tempo** pelo qual uma pessoa pode vender sua força de trabalho. Se lhe fosse permitido vendê-la sem limitação de tempo teríamos imediatamente restabelecida a escravatura. Semelhante venda, se o operário se vendesse por toda a vida, por exemplo, convertê-lo-ia sem demora em escravo do patrão até o final de seus dias” (Marx, “Salário, Preço e Lucro”, **Marx** [coletânea de textos], Col. “Os Economistas”, São Paulo, Abril Cultural, 1982, p. 159). O que ensinaria o paradoxo de que o trabalhador fosse e não fosse proprietário de si mesmo, uma *contraditio in adjeto*, uma vez que ao se vender *in totum* deixaria de ser o detentor da titularidade que legitimaria a própria venda.

dos avanços da biotecnologia, e de todas as monstruosidades que já se perpetraram contra seres humanos, inclusive o extermínio em massa, felizmente ainda não se consumou um amplo programa de produção e criação, em escala industrial, de indivíduos humanos, efetuado sob parâmetros científicos de eficiência e eficácia, e fora das estruturas tradicionais que denominamos família. Nada equiparável àquilo que concebeu Aldous Huxley, em seu romance **Admirável Mundo Novo** [*Brave new world*] está em curso. Mesmo instituições destinadas à criação de crianças, como orfanatos e creches, só o fazem como substitutivos e/ou por delegação de familiares. Ademais, no contexto extremado imaginado por Huxley, onde os homens seriam produzidos em séries hierarquizadas e biologicamente programados para o exercício das atividades que lhes competiria desempenhar, desvanecer-se-ia a sutileza da distinção entre trabalho e força de trabalho, porque um homem plenamente objetivado estaria mais próximo de um escravo, que de um proprietário vendedor da utilização de si mesmo...

Tal peculiaridade produtiva enseja outra singularidade: a determinação do valor [*Wertbestimmung*] da força de trabalho, além de encerrar uma variável histórico-moral, como já foi mencionado anteriormente, não pode ser obtida diretamente, somente através do valor da cesta de bens e serviços necessários à manutenção do trabalhador em condições normais. Destarte, nas palavras de Marx: *“O valor da força de trabalho, como o de toda outra mercadoria, é determinado pelo tempo de trabalho necessário à produção, portanto também reprodução, deste artigo específico. Enquanto valor, a própria força de trabalho representa apenas determinado quantum de trabalho social médio nela objetivado. A força de trabalho só existe como disposição do indivíduo vivo. Sua produção pressupõe, portanto, a existência dele. Dada a existência do indivíduo, a produção de força de trabalho consiste em sua própria reprodução [Reproduktion] ou manutenção [Erhaltung]. Para sua manutenção, o indivíduo precisa de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à produção da força de trabalho corresponde, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios necessários à manutenção do seu possuidor”*<sup>16</sup>.

Porém, não basta que o proprietário da força de trabalho apenas subsista, mas é imprescindível que se perpetue a própria venda de força de trabalho, para além da finitude

---

<sup>16</sup> Marx, **O Capital**, Tomo I, Vol. 1, p.141 [**Das Kapital**, I, pp. 184-185].

do trabalhador. “As forças de trabalho subtraídas do mercado pelo desgaste e morte precisam ser continuamente substituídas ao menos por um número igual de novas forças de trabalho. A soma dos meios de subsistência necessários à produção da força de trabalho inclui, portanto, os meios de subsistência dos substitutos, isto é, dos filhos dos trabalhadores, de modo que esta race de peculiares possuidores de mercadorias se perpetue no mercado de mercadorias”<sup>17</sup> Ou seja, a determinação do valor da força de trabalho deve levar em conta, não apenas o tempo de trabalho necessário à produção dos meios de subsistência do trabalhador, cuja força de trabalho foi consumida, mas o dele e de sua família.

Ademais, esta mercadoria ímpar é *conditio sine qua non* para a existência do próprio processo de valorização do valor [*Verwertungs des Werts*] que configura o capital, uma vez que é a única mercadoria cujo consumo cria valor [*bildet Wert*]<sup>18</sup>. Paradoxalmente, entretanto, seu processo de produção, sem o qual seria impensável sua existência no mercado, efetua-se fora do âmbito propriamente capitalista ou, sequer, mercantil. A produção de força de trabalho, que se confunde com a “produção” de indivíduos humanos, obedece a uma dinâmica alheia àquela que preside a produção de mercadorias propriamente ditas. Configura-se, no seio das famílias, através da procriação, como um processo de produção de indivíduos humanos e não como produção da mercadoria força de trabalho.

Além das tensões ordinárias da forma mercadoria enquanto tal, ou seja, do corolário de determinações que emanam da união esquizóide de valor de uso e valor, a mercadoria força de trabalho, por seu caráter *sui generis*, enseja um desdobramento adicional: fonte do valor, crucial, portanto, ao processo de valorização constitutivo do capital, os atributos da força de trabalho são disposições naturais dos seres humanos, que só em determinadas circunstâncias históricas, mercê da relação salarial, podem ser encontradas no mercado sob a forma de mercadoria. Com efeito, a presença no mercado da força de trabalho depende da produção extramercantil, via procriação, de sujeitos humanos, que só mediante um longo adestramento educacional habilitam-se à redução objetiva que implica o processo de trabalho nestas condições históricas específicas.

Destarte, a mercadoria crucial do processo de valorização tem seu próprio processo de produção situado fora da esfera mercantil, no âmbito da família: a força de trabalho não

---

<sup>17</sup> Ibid., p. 142 [p. 186].

é, vale a pena ressaltar, capitalisticamente produzida. Tal constatação sugere que a universalização do mercado, levado ao conjunto das relações sociais, não se pode consumir inteiramente, sob pena de desaparecimento dos homens, pelo menos da forma como os conhecemos: não passa, portanto, como afirmou Polanyi, de uma utopia perversa<sup>19</sup>. A sobrevivência humana dependerá sempre da manutenção de limites ao domínio do capital, ou de sua eventual superação.

### Além de Marx...

No início de seu **projeto de crítica da economia política**, Marx afirmava o seguinte: *“Na medida em que se **valoriza** o mundo das coisas, **desvaloriza-se**, em razão direta, o mundo dos homens. O trabalho não produz somente mercadorias; produz a si mesmo e produz o operário como **mercadoria**, e, além do mais, na mesma proporção em que produz mercadorias em geral. O que este fato expressa é, simplesmente, o seguinte: o objeto produzido pelo trabalho, seu produto, enfrenta-se com ele como **algo alheio**, como uma **força independente** do produtor. O produto do trabalho é o trabalho plasmado em um objeto, convertido em coisa, é a **objetivação** [Vergegenständlichung] do trabalho. A realização do trabalho é sua objetivação. Esta realização do trabalho tal e como se apresenta na economia política, aparece como **desrealização** [Entwirklichung] do trabalhador, a objetivação se manifesta como perda e servidão materiais, a apropriação como **alienação** [Entfremdung], como **estranhamento** [Entäußerung]”*<sup>20</sup>.

Sem querer atalhar as discussões acerca da evolução do pensamento de Marx, da juventude à maturidade, pode-se sustentar, sem embargo, que este grandioso projeto, que o acompanhou ao longo de, aproximadamente, quarenta anos, supõe, inclusive por seu

---

<sup>18</sup> Cf. *ibid.*, p. 56 [p. 65].

<sup>19</sup> “Nossa tese é que a idéia de um mercado auto-regulável implicava uma rematada utopia. Uma tal instituição não poderia existir em qualquer tempo sem aniquilar a substância humana e natural da sociedade; ela teria destruído fisicamente o homem e transformado seu ambiente num deserto” (Polanyi, Karl, **A Grande Transformação**, Rio, Campus, 1980, p. 23).

<sup>20</sup> Marx, “Manuscritos Económico-Filosóficos de 1844”, in **Escritos de Juventud**, México, Fondo de Cultura Económica, 1982, pp. 594-595 [Marx “Économie et philosophie (Manuscrits parisiens – 1844), in **Œuvres**



inacabamento, complementaridade. Para além da “querela sobre o humanismo”, desencadeada, sobretudo, por Althusser e seus discípulos, parece pertinente sublinhar que o projeto de crítica da economia política deve também ultrapassar os limites da imediatidade fenomênica. A evidência empírica da mercadoria força de trabalho funda-se na relação salarial, modalidade peculiar de sua compra. No entanto, objetalar-se no processo de aluguel de si mesmo é apenas uma das máscaras que assume o indivíduo humano, crucial para o funcionamento capitalista, porém, não é a única.

A denúncia do caráter fetichista das relações sociais capitalistas, sistema mercantil por excelência, é a temática central da obra magna de Marx, coroamento do projeto de crítica da economia política<sup>21</sup>. Tal procedimento não obedece a nenhuma caridosa intenção, mas parte da constatação de que na socialidade burguesa generaliza-se o fato observável, ainda que de modo latente, em qualquer sociedade mercantil, de que os produtos do trabalho humano autonomizam-se frente a seus produtores, obnubilando, não obstante, este processo mediante uma **tríade** de figuras de caráter crescentemente **fetichóide** (mercadoria, dinheiro e capital). A contrapartida das sucessivas hipóstases da forma valor, nestas figuras dos produtos do trabalho humano está na redução objetal do próprio produtor, assim metamorfoseado pela cessão a outrem da utilização de si mesmo consagrada através da relação salarial. A produção da mercadoria que leva ao mercado, sua força de trabalho, confunde-se, no entanto, com sua própria existência.

O fato de que a produção de força de trabalho implique, *tout cour*, na geração e perpetuação de seres humanos, desloca este processo para uma esfera que está muito além do horizonte imediato da socialidade burguesa, posto que a gênese da instituição familiar, em sua multiplicidade de formas, está perdida na noite dos tempos. Procriar sempre configurou a pauta do processo de reprodução social, nas mais diversas figuras da socialidade humana. Aliás, a palavra de ordem das sociedades arcaicas estava expressa eloqüentemente na exortação do próprio Deus após a criação: “*Sede fecundos, multiplicai-*

---

**Économie** (edição estabelecida e anotada por Maximilien Rubel) 2 Vol., Paris, Gallimard, 1972, Tomo II, p. 56].

<sup>21</sup> Este projeto inicia-se em 1844 [**Natinalökonomie und Philosophie**] e, ao longo de várias versões, permaneceu inconcluso com a morte de Marx em 1883. Sobre esta temática ver meu artigo intitulado “Sobre o Projeto de Crítica da Economia Política de Marx”, in **Crítica Marxista n° 9**, São Paulo, Xamã, nov./1999, pp. 52-78.

vos”<sup>22</sup>. Aqui a riqueza traduz-se pela fecundidade e a prole, humana e dos rebanhos, além da fertilidade telúrica, configuram-na. Mesmo a riqueza abstrata, fundada no valor, para consolidar-se, necessitou do aval desta forma atávica. As primeiras **moedas**, cujo étimo parece derivado de Juno Moneta, divindade do templo em que era cunhado o numerário romano, mas, que, em sua versão de Juno Lucina, presidia os partos e velava pelos recém-nascidos<sup>23</sup>, parecem ter sido cunhadas nos templos das deusas da fecundidade no Oriente Próximo Além disso, a própria expansão consistente da riqueza abstrata só foi possível pelo agenciamento e absorção crescentes de trabalho vivo, ainda que o incremento incessante da produtividade inverta o sentido relativo deste processo.

A especificidade da mercadoria força de trabalho torna-a de uma complexidade de tal ordem que seu estudo não se pode restringir ao exame da pauta da riqueza abstrata. O amálgama cultural que deu ensejo ao indivíduo desgarrado, livre para a venda (ou aluguel) da utilização de si mesmo, não pôde superar inteiramente a pauta reprodutiva anterior, em cujo âmbito (ou seja, na família) a “produção” e “manutenção” dos seres humanos se efetiva e esta constatação confere ainda maior relevância ao estudo daqueles elementos culturais remanescentes, porém que antecedem à configuração da socialidade burguesa *sans phrase*. Talvez por essa razão Engels tenha afirmado, pouco depois da morte de Marx, que: *“De acordo com a concepção materialista, o fator decisivo na história é, em última instância, a produção e a reprodução da vida imediata. Mas essa produção e essa reprodução são de dois tipos: de um lado, a produção de meios de existência, de produtos alimentícios, roupa, habitação, e instrumentos necessários para tudo isso; de outro lado, a produção do homem mesmo, a continuação da espécie”*<sup>24</sup>.

Com respeito a esta passagem, não deixa de ser elucidativo, que os doutos editores do Instituto de Marxismo-Leninismo, anexo ao Comitê Central do Partido Comunista da extinta União Soviética, não se tenham acanhado em aditar uma nota apenas à palavra “espécie”, última do trecho supracitado, contendo os seguintes dizeres: *“Engels incorre aqui numa inexatidão, ao colocar a continuação da espécie ao lado da produção dos meios de subsistência entre as causas que determinam o desenvolvimento da sociedade e das*

---

<sup>22</sup> Gênesis 1: 28.

<sup>23</sup> Cf. Brandão, Junito, **Dicionário Mítico-Etimológico da Mitologia e da Religião Romana**, Petrópolis, Vozes, 1993, pp. 187-188.

<sup>24</sup> Engels, Friedrich, **A Origem da Família da Propriedade Privada e do Estado**, Rio, Vitória, 1964, pp. 7-8.

*instituições sociais*”<sup>25</sup>. O incômodo dos guardiães da doutrina, além de anedótico, parece ilustrativo de uma dificuldade relativamente generalizada em certos círculos marxistas, sempre hesitantes em ultrapassar os estreitos limites de um economicismo a que se viram constringidos, em alguma medida, pela influência do próprio Marx. Ele talvez não tenha enfatizado, suficientemente, o processo de reprodução social na pluralidade de suas dimensões, deixando de emprestar o devido relevo à procriação, enquanto forma pura da socialidade. Ainda que Marx tenha avançado nesta direção de maneira fragmentária, a ausência de um tratamento sistemático das **formas**, desta condição básica de existência de qualquer figura do ser social, certamente contribui para explicar certas limitações de sua análise da **força de trabalho**, enfocada precipuamente como uma mercadoria peculiar, ou seja, sob a ótica do capital. Sem embargo, não se pode deixar de ressaltar que este ângulo de abordagem obedece estritamente às delimitações impostas pelo próprio objeto d’**O Capital** (levando-se em conta, sobretudo, seu inacabamento). A crítica da economia política, subtítulo da obra [*Kritik der politischen Ökonomie*], não obstante, inclusive pelo fato de ter em Malthus um de seus interlocutores, poderia ter avançado mais decididamente no exame do processo de procriação, um dos planos cruciais onde a vida humana se define.

Aliás, não deve passar despercebido o fato de que Marx, mesmo tendo diante de si a ingente tarefa de concluir **O Capital** (e as dificuldades enfrentadas por Engels para estabelecer uma edição de parte do restante da obra — os livros II e III, restando o IV, só após a morte do próprio Engels, estabelecido por Kautsky — mostram as dimensões do que ainda faltava para a conclusão do empreendimento em consonância ao plano original), dedicou-se, nos últimos anos de sua vida, a estudos etnológicos. Com efeito, entre 1880 e 1882, apesar da saúde abalada e d’**O Capital** sem concluir, Marx estuda com afincos os trabalhos de autores de tendência evolucionista. As dimensões desta empreitada são de tal ordem que Lawrence Krader chega a afirmar que “*Marx ocupou-se tão intensa e continuamente de obras de etnologia naqueles anos que se pode supor que acalentava o projeto de escrever algo neste terreno*”<sup>26</sup>. Teria ele abandonado o plano d’**O Capital**, como antes tinha feito com a **Zur Kritik der politischen Ökonomie** de 1859, da qual publicou apenas a primeira parte do Livro I, de um total de seis livros planejados?

---

<sup>25</sup> Ibid., p. 8, nota 1.

<sup>26</sup> Krader, Lawrence, **Los Apuntes Etnológicos de Karl Marx**, Madri, Siglo XXI, 1988, p. 1.

Difícil responder. Mas o fato é que seu interesse imediato pela obra de Charles Darwin depois estendeu-se à etnologia evolucionista, notadamente Lewis Morgan, e ei-lo ao fim da vida ávido por estudá-la. Engels parte dos apontamentos de Marx sobre a **Ancient society** de Morgan para a elaboração de seu **Der Ursprung der Familie, des Privateigentums und des Staats**, porém as limitações da obra não permitem que vislumbremos o alcance das pretensões de Marx. Não sabemos exatamente o que ele faria com estes estudos, mas não parece despropositado especular que serviriam de base ao exame de formações sociais não mercantis ou pré-capitalistas, talvez em moldes parecidos aos daqueles que foram desenvolvidos nos **Grundrisse** (1857-1858) e, em alguma medida, aproveitados, de modo espargido, ao longo d'**O Capital**. Uma coisa, no entanto, parece certa: Marx buscava complemento teórico para ir além do exame da socialidade burguesa e de seu horizonte. Tarefa, aliás, deixada para a posteridade.

Se a antropologia de Lewis Morgan, que serviu de base às reflexões de Marx e Engels, talvez não seja a mais apropriada nos dias de hoje, isto não significa, *mutatis mutandis*, que o projeto de crítica da economia política não possa buscar complementaridade em novas fontes de inspiração. Quiçá Marcel Mauss pudesse cumprir, agora, mais vantajosamente, um papel análogo ao que foi atribuído a Morgan; mas isto já seria um outro trabalho...